

Pérolas Negras: a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932

Jhonatan Uilly Gomes Ferreira¹
Paulo Fernando de Souza Campos²

RESUMO: Pretende-se uma análise histórica da participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932 a partir do mapeamento da documentação existente sobre o Batalhão Legião Negra. A problemática implica reconhecer quem foram essas mulheres negras identificadas genericamente como enfermeiras? Como se deu o processo de organização feminina no âmbito das associações negras existentes em São Paulo no momento da deflagração da guerra paulista? Deste modo, os objetivos visam identificar a atuação das mulheres negras no conflito, bem como caracterizar os processos históricos em torno da formação de um corpo de combatentes feminino e negro, que atuou na primeira guerra cívica brasileira. A proposta justifica-se na medida em que os estudos históricos acerca das mulheres negras na República são diminutos, o que leva a formação de estereótipos, que as desqualificam, por subjugar suas atuações políticas no âmbito da sociedade brasileira. Os resultados parciais apresentam a participação ativa de mulheres negras na luta paulista, bem como a organização feminina negra nesse episódio da história.

Palavras-chaves: História do Brasil República; Movimento Negro; Mulheres Negras

Black Pearls: the participation of black women in the Constitutionalist Revolution of 1932

ABSTRACT: This study aims to conduct a historical analysis of the female black participation at “Revolução Constitucionalista” in 1932 by the documentation about the “Batalhão Legião Negra” (Black Legion Battalion). The issue involves recognizing who were those black women identified generically as nurses? How was the process of women's organization inside the black associations in São Paulo at the time of the war outbreak in São Paulo? Thus, the goals are to identify the role of black women in this conflict and to characterize the historical surrounding of the black female formation body of combatants who served in the first civic Brazilian war. This research is justified because of the scarce historical studies about black women in the Republic, which leads to the formation of stereotypes which disqualify them and subjugate their political performances in the Brazilian society. The partial results show the active black women participation at the civil war, as soon as the black female organization at this historical chapter.

Keywords: Brazilian Republic History; Black Movement; black women.

1 Graduando de História na UNISA. jhonatan.uilly@hotmail.com

2 Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Docente da Universidade de Santo Amaro. pfsouzacampos@hotmail.com

HISTÓRIA DAS MULHERES

O estudo que analisa a participação das mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932, implica, primeiramente, entender os debates referentes às mulheres na historiografia. Nesse sentido, uma breve sistematização do movimento historiográfico sobre o tema tem como objetivo perscrutar essa participação cujas vicissitudes alteraram a escrita da história, mais especificamente, a historiografia brasileira.

O artigo da historiadora Joan Scott (1990), intitulado *Gender: a useful category of historical analyses* explicita os problemas em torno do termo Gênero, categoria utilizada por feministas e historiadores dos anos 1970 e 1980 para diferenciar características biológicas e socioculturais entre homens e mulheres. Em primeira instância, a distinção preconizada resumia dicotomicamente a categoria gênero com alusão ao social e às peculiaridades de cada cultura e sexo, isto é, como uma categoria biológica fixa e determinante das condições de macho e fêmea. Somente na década de 1980 o sexo passa a ser um termo teórico também determinado pela história e pela cultura, ampliando assim suas interfaces. Em seu texto, Joan Scott questiona essa dualidade, pois não se trata somente de características intrínsecas ao biológico como a anatomia e o funcionamento fisiológico, mas como as particularidades biológicas são percebidas e transformadas em papéis normativos nas relações sociais, bem como os significados construídos no âmbito das estruturas de poder com base nessas interpretações duais envoltas nas categorias de gênero e sexo.

Joan Scott, em trabalho intitulado *História das Mulheres* (1992), discorre sobre a trajetória desse campo historiográfico e analisa a questão em relação ao movimento político, por conseguinte, a utilização do termo gênero como uma categoria aparentemente neutra. De acordo com a autora, a história das mulheres surgiu com a necessidade de redefinir conceitos e interpretações em relação à historiografia oficial, pois mesmo os historiadores que estudavam as mulheres percebiam as dificuldades de integrá-las na historiografia.

Se anteriormente a História das Mulheres implicava a desconstrução de uma historiografia parcial, fundada na ótica masculina, simultaneamente,

para muitas historiadoras, o debate produzia um estudo separado e não refletia a relação entre homens e mulheres nas construções socioculturais, mas a condição feminina nos diferentes contextos. O termo gênero, entendido em primeira instância para indicar distinções e relações entre os sexos, começou a abranger novas discussões, englobando “as diferenças cada vez mais visíveis e veementes entre as mulheres [...]” (SCOTT, 1992, p. 88), as quais foram traduzidas por aspectos voltados à etnia, classe, raça e sexualidade. A discussão das diferentes formas de se fazer história e investigar os sujeitos esquecidos pela historiografia dominante apresentava, assim, a oportunidade de ampliar possibilidades de estudo sobre o passado, algo que alcançou significativo espaço na produção historiográfica, inclusive no Brasil. Nessa perspectiva, Margareth Rago, considerada uma das pioneiras brasileiras no estudo das mulheres, enfatiza:

Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. (1995, p. 81)

Todavia, a partir dos estudos decorrentes, como tem sido representada a História das Mulheres no Brasil? Mary Del Priore (2001) questiona enfaticamente a proporção em que os trabalhos produzidos nos Estados Unidos e na Europa impactaram nas produções historiográficas sobre as mulheres. A historiadora observa que os estudos sobre as mulheres além de raros, têm sido comumente restritos a círculos fechados direcionados a um público específico e ainda atesta:

Livros sobre história da mulher são raramente reeditados, o que significa que sua recepção, mesmo quando elogiada pela crítica acadêmica, não é abrangente. As teses defendidas sobre as questões que envolvem a mulher, incidem mais sobre a história da família, do casamento ou da sexualidade do que sobre a mulher. [...] Portanto, houve uma recepção morna e irregular do objeto e dos trabalhos realizados em torno do mesmo, no Brasil. (2001, p. 226)

Cabe também entender, que a historiadora nesse momento estava analisando a situação da história das mulheres no Brasil no século XX. Isto é, contava com uma incipiente produção historiográfica sobre as mulheres, que se

converteria no decorrer da primeira década deste século em um aumento significativo de pesquisas sobre o tema.

No caso brasileiro, na década de 1980 e início de 1990, as produções historiográficas não continham a mesma intensidade presenciada atualmente em razão de não haver na época trabalhos suficientes para “[...] dialogar e muitas lacunas a preencher [...]” como exemplifica Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky (2012, p. 10). Entretanto, com o crescimento dos estudos sobre a História das Mulheres nas décadas de 1990 e 2000 (ainda que moderado, como avaliado pela historiadora Mary Del Priore) pode-se dizer que existe um consenso de que as mulheres no Brasil têm uma história. Esse crescimento pode ser assinalado no artigo *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* (2007) no qual as historiadoras Raquel Soihet e Joana Maria Pedro traçam a trajetória do campo historiográfico:

Na historiografia, inúmeras pesquisas, na década de 1980, partiam da categoria 'mulheres'. Nessa trilha, muitas pesquisadoras e pesquisadores têm procurado destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado. Destacaram-se, ainda, no plano internacional da historiografia, nos anos que se seguiram, os nomes de Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hahner, Natalie Zemon Davis, para citar as estrangeiras, e de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara, Leila Algranti, Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, Maria Izilda Santos de Matos, Luciano Figueiredo, Temis Parente, Lídia Viana Possas, Joana Maria Pedro, Lená Medeiros de Menezes, Magali Engel e Suely Gomes Costa, para citar algumas das brasileiras. (2007, p. 287-288)

A ampliação dos estudos sobre as mulheres na historiografia se deve a crise dos paradigmas no cerne da própria disciplina História, em que as transformações ocorridas nela têm “[...] permitido a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história, entre eles, as mulheres” (MATOS, 2000, p. 9).

Nesse viés, presenciaram-se as autoras consideradas precursoras da História das Mulheres no Brasil como Maria Odila da Silva Dias com o clássico *Quotidiano e Poder* (1984) e Margareth Rago com o livro *Do Cabaré ao lar* (1985), que marcaram trabalhos de historiadoras das mulheres no Brasil. Contudo, mesmo com os diversos trabalhos produzidos sobre diferentes

agentes históricos, são importantes as contínuas investigações com o mesmo cuidado em não privilegiar uma única perspectiva da história. Dessa matriz emerge a pesquisa em desenvolvimento, cujo objetivo visa reconhecer a organização de mulheres negras em um dos mais importantes acontecimentos da história paulista, a Revolução Constitucionalista de 1932.

A GUERRA CÍVICA DE 1932

Para o entendimento das questões propostas torna-se relevante entender a Revolução Constitucionalista de 1932 e os motivos que a engendraram, pois como afirma Marco Antônio Villa, “Debater a Revolução Constitucionalista é uma necessidade histórica e política” (2010, p. 88). Paralelamente, o tema impõe trazer à discussão o patriotismo paulista, que propagava a ideia de um pertencimento e comprometimento à causa paulista por todos os segmentos sociais de São Paulo, inclusive da negritude, vale dizer, implica considerar a organização dos negros no movimento beligerante, bem como reconhecer suas ações, no caso, em específico, a participação de mulheres negras.

Com a Primeira República, o país vivenciou um esquema político que ficou conhecido como café com leite, um acordo entre os estados com maior representatividade no governo, quais sejam, São Paulo (principal produtor de café e de poder econômico) e Minas Gerais (grande produtor de leite, principal produtor de café depois de São Paulo e detentor do maior número de eleitores no país). As elites regionais de São Paulo e Minas Gerais mantinham uma política de revezamento para promoção dos presidentes. Este é o cenário de uma organização voltada exclusivamente para as oligarquias, no qual são concebidos estratégias para sustentar um sistema de governo inconstante, sendo esta linha tênue a garantia de certa estabilidade na República Velha (1889 – 1930).

No entanto, é certo que a aparente calma do contexto encontrou situação instável quando o então presidente Washington Luís desfaz a política do café com leite e apoia Júlio Prestes a assumir como seu sucessor a presidência da República, rompendo o pacto com a oligarquia mineira. Por conseguinte, movimentos de revolta armada e crescentes reivindicações de

grupos sociais urbanos assumem destaque na antiga República. A crise do café, acentuada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, alavancava ainda mais a perda política dos cafeicultores, somando-se também os interesses contrários da burguesia industrial nascente.

Deste modo, é formada uma aliança liberal em oposição à candidatura de Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba lançam a candidatura de Getúlio Vargas para disputar a presidência do país. De imediato, Júlio Prestes vence as eleições, mas não chega a tomar posse, pois em outubro de 1930, ano anterior ao seu mandato, Washington Luiz é deposto e Getúlio Vargas assume o poder no dia 3 de novembro de 1930 como chefe do Governo Provisório da República.

Como questiona Villa (2010), o que aconteceria para que em 1932 São Paulo se tornasse palco de uma manifestação de apoio popular do mesmo modo que em 1930? De maneira geral, a elite paulista ficou descontente com posicionamentos assumidos pelo governo de Getúlio Vargas. A autonomia da oligarquia cafeeira fora abalada, principalmente, com a nomeação do pernambucano João Alberto como interventor do Estado de São Paulo.

O fato de ser pernambucano originou uma verdadeira campanha que, por forças de políticos ligados ao PD e ao PRP, se espalhou pela sociedade paulista: a luta por um interventor 'civil e paulista'. Naquela altura, o sentimento de regionalismo, que aos poucos tomava feições xenófobas, já se propagava entre a população de São Paulo. (MOTA; SANTOS, 2010 p. 15)

Este sentimento de regionalismo exacerbado pode ser percebido nas contradições discursivas em relação ao motivo do levante. Se em sua gênese as reivindicações eram por um interventor paulista, em 1932 os motivos eram claros, os paulistas estavam decididos a derrubar o governo federal. Os historiadores Marco Cabral dos Santos e André Mota desvelam os embates ao citarem um documento denominado *Manifesto ao Povo de São Paulo*, no qual apontam a sutileza de Getúlio Vargas ao lidar com a situação: “Por que persistem no derramamento e inútil sacrifício do sangue irmão? Só duas alternativas lhe restam: ou ambicionam impor predomínio de um Estado sobre todos do Brasil, ou querem chegar ao separatismo.” (2010, p. 20). Em

contraposição, rebatendo as acusações de Getúlio Vargas, o Jornal *A Gazeta* pública um artigo com o intuito de esclarecimento:

Em vão a ditadura inconsciente e incoseqüente procurou dar ao movimento constitucionalista encabeçado por São Paulo e Matto Grosso um caráter seccionista, que ele não tem, nunca teve, nem Jamais poderia ter. Essa balela de que São Paulo é separatista e, portanto, Inimigo da pátria comum, adversário da unidade nacional, é tão Indigna que somente poderia ter ocorrido a cérebros enfermos[...]Foi pelo Brasil e para o Brasil que sete milhões de paulistas se levantaram, na alvorada inesquecível e memorável de 9 de Julho. (São Paulo, 22.08.1932, p. 1)

De certo modo, as elites paulistas desejavam reaver o domínio político que possuíam na Primeira República. A demora na convocação de uma assembleia constituinte provocou indignação. A situação ficou insustentável. A nomeação do embaixador Pedro de Toledo como interventor paulista e a assinatura do Código Eleitoral não foram suficientes para impedir o levante. No dia 23 de maio de 1932 o comício realizado para reivindicar uma nova constituição e a tentativa de invadir a sede da Legião Revolucionária resultou na morte de quatro rapazes que integravam o conflito: Miragaia (Euclides Bueno Miragaia), Martins (Murilo Martins de Almeida), Dráusio (Dráusio Marcondes de Souza) e Camargo (Antonio Americo de Camargo Andrade) e na sigla símbolo do levante: MMDC.

Com a guerra civil instalada no dia 9 de Julho de 1932 se efetiva a renúncia do interventor Pedro de Toledo. O conflito armado, no entanto, não alcançou o apoio esperado de outros estados, além do bloqueio naval da Marinha ao Porto de Santos que forçou o Estado de São Paulo enfrentar a guerra, sem apoio, contra as tropas federais. As forças federativas eram superiores às tropas paulistas, resultando no fim da guerra com a rendição dos revolucionários em outubro de 1932.

A Revolução Constitucionalista imprime muitas contradições presentes, de certo modo, nos motivos que originaram o conflito. Sabendo que Getúlio Vargas propunha dialogar com os revoltosos, cabe questionar a razão da guerra civil. O golpe de Getúlio Vargas não incitou ao descontentamento de toda elite paulistana, pelo contrário, parte desta elite juntamente com classe média nascente, representados pelo dissidente do Partido Republicano Paulista (PRP) o Partido Democrático (PD) apoiavam Getúlio. Do mesmo modo, os negros organizados na Frente Negra Brasileira (FNB) tampouco

aderiram ao movimento, mas uma dissidência do mesmo. As elites cafeeiras representadas pelo PRP foram os mais contrariados em função da proposta de Getúlio Vargas em privilegiar não somente a monocultura do café, mas investir na industrialização do País favorecendo os paulistas interessados na indústria ainda rudimentar.

O ódio ao governo de Vargas torna-se generalizado entre as elites paulistanas quando no Governo Provisório estabeleceram-se medidas que descentralizavam o poder de São Paulo nas decisões políticas, bem como a nomeação de um interventor pernambucano no lugar de um paulista, levando a criação da Frente Única Paulista (FUP) coligação do PD com o rival PRP. Portanto, os motivos que engendraram o conflito armado em 1932 não representam, em sua essência, uma preocupação ditatorial no sentido de privação de direitos, mas interesses de uma parcela da sociedade civil abalada com o rompimento dos antigos hábitos na política paulista, hábitos que sustentavam o sistema político da República Velha.

No entanto, deve-se levar em consideração que mesmo com a intensa preocupação midiática para manipular a participação popular a lutarem pelo Estado contra a ditadura (tendo em conta um elevado número de pessoas analfabetas, que não tinham mínima noção sobre o que era a Constituição), as motivações destas pessoas eram diversas, desde o desemprego, baixos salários, maiores representatividades e condições de vida melhores em uma sociedade extremamente desigual. De todo modo, além da solidificação de uma identidade paulista e a reivindicação de pertencimento, o levante evidencia a luta do movimento negro no período.

O MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO E A GUERRA PAULISTA

Em um contexto de lutas políticas emanadas na década de 1930, os movimentos negros existentes se articulam na cidade de São Paulo. Todavia, as manifestações políticas evidenciadas naquele momento não visavam à questão do negro como aponta a historiografia:

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, com o golpe de Estado de 3 de Outubro de 1930, abriu uma conjuntura de polarização política no Brasil.

Contudo, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos da elite não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra. (DOMINGUES, 2007, p. 350)

Portanto, fazia-se necessário criar uma organização coletiva com o intuito de reivindicar os direitos da negritude brasileira e fazer valer a luta pela cidadania. Em 1931, após o golpe de Estado, José Benedito Correa Leite e Arlindo Veiga dos Santos fundaram, no dia 16 de setembro, na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira – FNB, isto é, um movimento social que se articulava como um programa de luta pela e em prol das demandas sociais e políticas dos negros em São Paulo e que atinge projeção nacional. Entretanto, é importante ressaltar que havia movimentos anteriores ao da FNB os quais, de certo modo, consolidam uma estrutura resultante de diversas agremiações pós-abolicionistas, bem como a participação da imprensa dedicada exclusivamente à causa negra como os jornais *A Pátria*, *O Propugnador*, *A Pérola*, *O Kosmo*, *O Clarim da Alvorada*, este último fundado também por José Benedito Correia Leite.

A década de 1930 apresenta um período carregado de expectativas no cenário político econômico. O golpe de Getúlio Vargas, a crise de 1929 e consequentemente a queima do café em virtude da superprodução aumentam as tensões existentes. Neste contexto, a FNB exerce uma constante atuação política, promovendo a ideia de integração do negro na sociedade brasileira, considerando ser essa a única entidade organizacional de movimento social negro instituída com legenda de partido, o que ocorre em 1936. De início, a força deste novo partido político assustou as oligarquias, passando muitas vezes a FNB ser acusada de promover o ódio racial (DOMINGUES, 2007, p. 351).

Mesmo assim, a FNB representou um refúgio para a população negra, especialmente as massas, tanto que a entidade, além de seu crescimento nacional, que contou com diversas afiliadas, promovia aos associados diferentes serviços sociais como esportes, lazer e cultura, contudo, sem se tornar uma agremiação voltada para essas demandas, mas como importante função política, de luta às causas dos negros no Brasil: “A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade [...]); uniforme para alguns departamentos, como o Rosas Negras; bandeira, hino e milícia), a fim

de garantir visibilidade para as suas ações [...] (DOMINGUES, 2004). A presença do movimento rapidamente ganhou credibilidade ao ponto de ser respeitada não somente pela comunidade negra, mas por toda a sociedade:

Sobre as actividades da 'Frente Negra Brasileira' no interior de São Paulo o chefe do núcleo de Rib. Preto, um dos mais importantes, fez estas declarações a 'Folha da Noite': - 'A Frente Negra Brasileira é uma das mais bellas realizações do elemento negro no Brasil. Antes de entrar para as suas fileiras, onde hoje me encontro, animado e sob um verdadeiro entusiasmo, procurei estudar-lhe calmamente as finalidades, chegando finalmente a convicção de que a sua existencia é imprescindível num paiz como o nosso, em que o negro, infelizmente, não está de todo apto para a esplendida batalha do engrandecimento pátrio. E se não está, não é porque lhe falem boas intenções, coragem para o trabalho honesto, e o bastante patriotismo, que o faça enxergar um futuro confortador para o Brasil. Posto a margem, jogado ao preconceito, eis porque o negro ainda se mostra ferido na sua moral, dentro de sua própria terra, onde muita vez o estrangeiro lhe tira o direito, que por força lhe cabe'. (Folha da Noite. São Paulo, 06.07.1932, p. 3)

Em uma sociedade altamente preconceituosa, tornou-se comum às mulheres negras serem admitidas para o serviço doméstico apenas por meio da apresentação da carteirinha da FNB. Todavia, vale lembrar, pensar a população negra como homogênea torna-se um equívoco histórico, pois mesmo que parcela significativa da negritude brasileira fosse a mais pobre, existiam desde o período colonial os negros de elite, os quais conviviam com a alta sociedade como músicos, senhores de terras, donos de escravos e diplomados ao ponto de se estabelecer uma divisão entre os negros de elite e os chamados negros da plebe. É reconhecível, portanto, certa aceitação da sociedade em relação ao movimento político negro, como não causa estranheza o fato da FNB apresentar um ideário ultranacionalista e conservador, pois como apresenta Petrônio José Domingues:

O subtítulo do jornal A Voz da Raça era revelador: 'Deus, Pátria, Raça e Família'. Esta consigna diferenciava-se da palavra de ordem dos integralistas apenas no acréscimo do termo 'Raça'. A FNB mantinha, inclusive, uma milícia, semelhante aos boinas verdes do fascismo de Benedito Mussolini, na Itália. (2004, p. 61)

Internamente ao movimento houve divergências quanto à ideologia fascista a qual a FNB estava vinculada. José Benedito Correa Leite, por não

compartilhar da visão política da FNB, rompe com o partido e funda juntamente com José Assis Barbosa outro movimento conhecido como Clube Negro de Cultura Social - CNCS no dia 1º de Julho de 1932, um movimento oriundo dos conflitos entre dirigentes da FNB e antigos associados ligados ao jornal *O Clarim D' Alvorada*. Em resposta a represália da FNB, o CNCS, possuía um caráter mais democrático e cultural. Além dos bailes festivos e recreações esportivas, a organização promovia leituras de poetas negros e a realização de eleições para as direções da entidade.

Independente dos posicionamentos políticos, essas entidades tiveram um papel de suma importância no que concerne à luta da população negra. A criação de instituições em prol da negritude possibilitou a consolidação do espaço negro, ou seja, a população negra passou, naquele momento, a ter apoio em conjunto e oficial para o requerimento de seus direitos civis, trabalhistas, entre outras demandas. Mesmo com diferenças internas e de posicionamento ideológico, havia uma corroboração nas lutas políticas. Aristides Barbosa, um dos ícones da FNB, em depoimento, discorre sobre o apoio e suporte mútuo existente:

A Frente Negra era única e respeitada por todos, assim é que em 1937 tinha candidato próprio. Naquela época, se não me engano, era o Raul Joviano do Amaral, bem jovem. A Frente ia lançar candidato, nenhuma outra entidade de São Paulo quis lançar candidato. Você vê que era tal a consciência daquela época, daquele processo, que você chegava pro Cultura (clube da época) e perguntava: 'Por que você não vai lançar candidato?'. A resposta era: 'Não vou lançar porque a Frente Negra vai lançar'. (BARBOSA apud NASCIMENTO, 2008, p. 107)

Descaracterizando interpretações que ressaltam a passividade negra no campo político, isto é, o esquecimento da participação política da negritude brasileira em movimentos sociais importantes, destaca-se a contribuição da população negra na construção da memória sobre a Revolução de 1932. Para tanto, o presente estudo pretende identificar a atuação das mulheres negras no conflito, bem como caracterizar os processos históricos em torno da formação de um corpo de combatentes feminino e negro, que atuou na primeira guerra cívica brasileira, ou seja, contribuir para o debate historiográfico sobre o batalhão Legião Negra e enfatizar a ação de mulheres negras neste pelotão.

Nesse sentido, a criação da Legião Negra de São Paulo não foi promovida pelo movimento da FNB, mas por uma dissidência. A FNB não apoiou a causa constitucionalista em razão dos dirigentes da entidade terem demonstrado simpatia ao governo de Getúlio Vargas, bem como pelo fato histórico da Guerra do Paraguai (1864-1870), no qual os negros serviram como linha de frente, portanto, como escudo para os soldados brancos. Assim, a FNB optou pelo neutralismo político:

É necessário ressaltar que a Frente Negra Brasileira, oficialmente, não tomou posição no movimento, recusando-se a organizar batalhões específicos de negros, mas liberou seus afiliados para agir conforme suas próprias consciências. Durante a guerra, a organização praticamente ficou inativa e suspendeu temporariamente as atividades regulares. (DOMINGUES, 2003, p. 207).

A Legião Negra, formada no dia 14 de Julho de 1932, 5 dias após o início da Revolução, com sede na Chácara do Carvalho, teve como ponto inicial a formação de um batalhão popularmente conhecido como Pérolas Negras. A historiografia, assim como os documentos compulsados, permite afirmar que o grupo se apresentava em condições muito precárias, consistindo em treinamentos às pressas no manuseio de armas por soldados inexperientes e na aquisição de alimentos inferiores em relação aos soldados brancos. O contingente de soldados da Legião Negra estava inserido em um conjunto explicitamente segregado, ainda que as condições de provisões para a guerra paulista, de modo geral, fossem demasiado escassas, sendo necessário forte apelo publicitário na arrecadação de proventos (VILLA, 2007). No entanto, mesmo nessas circunstâncias havia diferenças:

[...] como faz questão de denunciar um ex-combatente da Legião Negra, o então tenente Raul do Joviano Amaral, 'houve discriminação em todos os termos. As senhoras brancas faziam coleta de material para mandar para os *Fronts*. Para as tropas de elite tudo do bom e do melhor. Para a negrada ia o que sobrava. As fábricas mandavam cigarros para as tropas. Os bons ficavam com os brancos¹. (DOMINGUÊS, 2003, p. 227)

Em contraponto à discriminação dos soldados da Legião Negra no *front*, Marco Antonio Villa afirma não ser possível:

[...] afirmar que coube à Legião Negra tarefas militares mais arriscadas do que aos outros regimentos das forças constitucionalistas ou de que tenham recebido tratamento discriminatório. Dos 634 soldados mortos, 26 eram negros, e somente quatro deles fizeram parte da Legião Negra. Ausência de treinamento, fardamento inadequado, armamento antigo, relativa escassez de alimentos, fizeram parte do cotidiano de todos os soldados nos 3 meses de campanha. Além da Legião Negra foi formado outro destacamento étnico: o batalhão índio também com soldados e enfermeiras. A maior parte era formada por índios caiacangues da região noroeste do estado de São Paulo. Tiveram pequena participação nos combates. (VILLA, 2008. p.38)

Contudo, as análises empreendidas são questionáveis se confrontadas com outras evidências históricas alusivas ao negro em São Paulo. A historiografia permite problematizar a questão, isto é, interpelar afirmações como as acima citadas e por em dúvida se de fato a Legião Negra não recebeu tratamento discriminatório. Petrônio José Domingues, pioneiro nos estudos sobre a Legião Negra, é cético quanto a isso ao considerar que:

Até dezembro de 1932, o negro fora impedido de ingressar na Guarda Civil de São Paulo. Tal impedimento só foi superado após forte pressão da Frente Negra Brasileira em audiência com o presidente Getúlio Vargas. Nessa mesma linha de argumentação, pode-se incluir o revelador depoimento de José Correia Leite. Segundo ele, que também era um dos principais dirigentes do movimento negro na época, uma carta secreta de Pedro de Toledo – escrita antes de tornar-se governador – aconselhava aos comandantes militares que evitassem alistar negros e mendigos. (2003, p. 227)

Em contradição ao que propõe Marco Antonio Villa, a relação discriminatória da elite paulistana com a participação dos negros na Revolução Constitucionalista de 1932 também é sinalizada por André Mota e Marco Antonio Santos quando recuperam, nas fímbrias dos acontecimentos, representações danosas e preconceituosas sobre o Batalhão formado pela Legião Negra:

[...] uma piada recolhida por Mário de Andrade e que se popularizou entre os paulistas entrincheirados é bastante reveladora da imagem que se tinha daquele batalhão: dizia-se que a Legião Negra era boa para 'ataque noturno'. (2010 p. 37).

Seja como for, mesmo em condições precárias e com aceitação social duvidosa em relação à identidade dos verdadeiros paulistanos

compromissados com a causa paulista, o Legião Negra se destacava com “três batalhões de infantaria e chegou a possuir um efetivo de aproximadamente 2 mil combatentes” (DOMINGUÊS, 2003, p. 208). Além do numeroso contingente, se comparado ao número total de soldados das forças constitucionistas, aproximadamente 30 mil homens, a Legião Negra contava com banda de música própria como destacava o jornal *A Gazeta* com a manchete “O Desfile da Companhia de Bombardas Pesadas Victorino Carmillo da Legião Negra”:

Despertou grande curiosidade o desfile, horem, a noite, pelas ruas centraes da cidade, da companhia de bombardas pesadas ‘Victorino Carmillo’ da Legião Negra. Os bravos soldados de côr, fortes e disciplinados, receberam, commovente demonstração de carinho por parte do povo que se acotovelava nas ruas do Centro. [...] A banda do batalhão, organizada pelo maestro Verissimo, e composta de 36 figuras, foi objecto horem da admiração geral. Faziam parte do grupo, perfeitamente militarizados, os índios Guaranyys [...] (A Gazeta. São Paulo, 28.08.1932, p. 3).

As publicações na imprensa sobre a Legião Negra revelam que o Batalhão possuía impecável organização, de certo modo, esse fator também pode ser atribuído a uma sistematização e importância do movimento negro naquele momento:

Imagem 1.

Batalhão da Legião Negra
Battalion of the Black Legion



Fonte: A Cigarra. São Paulo, agosto/1932, p. 25.

A montagem acima, feita pelo Jornal *A Cigarra*, com duas fotos da Legião Negra, mostra a organização e a repercussão do Batalhão na Guerra Paulista. A imagem no plano superior destaca a visita do interventor Pedro de Toledo na sede da Legião Negra, Chácara do Carvalho; A segunda imagem apresenta a banda de música do Batalhão, A Luzida, sob a regência do maestro Veríssimo Glória.

O jornal *A Cigarra* era um impresso voltado para um público mais elitizado, o que confirma a popularidade do Batalhão, essa popularidade pode ser compreendida se pensado a estrutura da Legião Negra. Como destacado acima, com um efetivo considerável de soldados se comparado ao número total do exército constitucionalista, a Legião Negra ainda contava com a formação de mulheres voluntárias responsáveis pela assistência dos soldados, em destaque, as enfermeiras.

AS MULHERES NEGRAS NO LEVANTE ARMADO

Ao analisar a participação negra no levante paulista, em específico no que concerne aos objetivos propostos, uma primeira questão se impõe: quais os motivos que levaram o engajamento de mulheres negras no combate? Em que medida a participação de mulheres negras na Legião Negra permite

considerar a construção de uma luta política da mulher negra e o espaço público?

A participação de mulheres na Revolução de 1932 teve um caráter de exaltação feminina em prol da luta por São Paulo, pois esse era o discurso da elite paulista. No entanto, o apoio das mulheres aos soldados e a mobilização destas pela causa são vistos sempre em referência às mulheres brancas, principalmente da alta sociedade e classe média, representadas pela ação patriótica e benfazeja como permite afirmar a documentação que serve ao estudo proposto:

Dulce Amaral falou no microphone da Record. Eis as suas lindas palavras: Obrigada, Homem Paulista: Em nome da vossa Mãe, em nome da vossa irmã, em nome da vossa esposa. O sangue 'Brasil' que circula nestas minhas veias, dá-me o sagrado direito de gritar neste momento tão decisivo para os destinos da nossa terra: 'Eu sou Mulher Paulista'. Sou filha e neta de Bandeirantes. Os nossos maiores que rasgaram brumas e brenhas, que traçaram, no planalto, caminhos, sonhos e destinos, vivem e exercem a sua influencia sobre a nossa vida de todos os dias. (Folha da Noite. São Paulo, 14.07.1932, p. 2)

A representação da mulher paulista está intrinsecamente ligada à mulher branca, filha de bandeirantes, legítima mulher paulista. Por outro lado, as mulheres negras aparecem como não incorporadas ao sentido de paulistanidade. Tal fato implica compreender, dentro deste marco, as entrelinhas do discurso de época sobre a luta de mulheres negras na participação social como ocorria com os movimentos de mulheres em favor do sufrágio universal, por exemplo, levado a termo por Bertha Lutz que, traduzida pelas palavras de Alice de Toledo Ribas Tibiriçá, publicadas no jornal *Folha da Noite* assim explicitava sua presença como simbólica:

Bertha Lutz conseguiu vencer o derrotismo ambiente; conseguiu, sobretudo, vencer o ridículo. Pleiteou medidas: obteve-as. Defendeu direitos: viu-os respeitados. Sua pregação de muitos anos triumphou pela persistência, pela tenacidade, pela fé. Seu ideal não empallidece.[...] Ella é a legitima representante da mulher brasileira, a líder autorizada do feminismo nacional. (São Paulo, 01.07.1932, p. 3).

Diante das apropriações em torno da representação da mulher brasileira o que se indaga é se as mulheres negras voluntárias, que

participaram ativamente no batalhão Legião Negra, mereceram a mesma consideração, pois além de confecções de roupas e cuidados dos soldados, elas tomaram parte literalmente no *front*, com destaque para Maria José Barroso (1885-1958) nascida no município paulista de Limeira, que ficou famosa ao participar no confronto armado tornando-se popularmente conhecida como Maria Soldado (LOPES, 2004, p. 118).

No que concerne à atuação de mulheres negras na guerra cívica, os jornais paulistanos as identificaram como enfermeiras. No entanto, deve-se considerar o imaginário burguês em relação à enfermagem no período em que a Revolução acontece, pois associava a enfermagem à mulher branca, de classe social privilegiada, como analisa Paulo Fernando de Souza Campos ao indicar o que caracterizava a enfermeira padrão:

[...] a representação social em torno da identidade profissional da enfermagem brasileira, oficializada no modelo anglo-americano de ensino, significava a enfermeira como uma mulher, jovem, alta, bem formada, culta, saudável e branca. (2008, p. 27)

No mesmo viés, a representação da enfermeira padrão estava ligada ao conceito de eugenia, ou seja, a ideia de que os negros eram uma raça degenerada, logo, mulheres negras não se enquadravam no perfil desejado para uma enfermeira, muito menos para uma representante da paulistanidade exaltada. A eugenia implícita no discurso que simbolicamente autorizava o imaginário burguês construído para a Enfermagem, a qual diagnosticava os negros como degenerados e criminosos natos, justificava a impossibilidade de ingresso de mulheres negras no espaço de formação por excelência da arte e ciência do cuidado no contexto, vale dizer, Escola de Enfermagem Ana Nery, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Esse fato torna-se interessante na medida em que a representação das mulheres negras voluntárias da Legião Negra subverte a imagem dominante, autorizada e veiculada simbolicamente por um estado que se manifestou em oposição à Revolução de 32.

Durante o conflito, mulheres negras voluntárias no Batalhão Pérolas Negras recebem instruções de enfermagem e vestuário característico da instituição mais antiga no campo da formação do cuidado voltado para guerra.

Como destaca o jornal Folha da Noite as mulheres negras representavam as ações da Cruz Vermelha Brasileira:

Imagem 2.

Mulheres da Legião Negra
Women of the Black Legion



Fonte: Folha da Noite. São Paulo, 20.07.1932, p. 1.

Diferentes reportagens publicadas nos jornais paulistanos demonstram a relação das mulheres negras com a oficialidade da Cruz Vermelha Brasileira. O texto da legenda da montagem fotográfica (Imagem 2) publicada no matutino paulistano é revelador da posição assumida pelas mulheres negras no corpo de legionários e das vinculações dessas mulheres com a Cruz Vermelha Brasileira, que mantinha uma escola de enfermagem na cidade de São Paulo, a primeira do Brasil. A legenda, negligenciando a presença das mulheres, informava:

Reportagem photographica apanhada esta manhã, na Legião Negra, aquartelada na Chacara do Carvalho, vendo-se o Estado Maior do 'Batalhão Henrique Dias'; Na companhia do 'Batalhão Henrique Dias', apresentando-se para partir; Cruz Vermelha e corpo do rancho do

Batalhão; a banda de tambores, cornetas e clarins e o capitão do Exército Gastão Goulart, comandante da Legião Negra e idealizador. (Folha da Noite. São Paulo, 20.07.1932, p. 1)

Uma única imagem retrata as mulheres negras, nomeadas como enfermeiras e em referência à Cruz Vermelha Brasileira, que as treinavam. Porém, como explicar a participação de mulheres negras como enfermeiras se no contexto o ingresso de mulheres negras na enfermagem era impedido, considerando a resolução do Decreto n. 20.109/31, que não somente as excluía, mas também aos homens? Como pensar a questão, amplamente conhecida em todo o território na medida em que o aparato normativo, assinado por Getúlio Vargas, pretendia uma equiparação de todas as escolas de enfermagem existentes ao grande modelo e espaço de formação profissional sediado no Rio de Janeiro? Sobre esse aspecto é possível considerar algumas hipóteses. São Paulo passava uma identidade de Estado autônomo, “[...] uma locomotiva que, impulsionada pelo café, rebocava os outros Estados da federação rumo ao progresso” (MOTA; SANTOS, 2010, p. 46). Esta superioridade era de tal forma defendida que no brasão da cidade fora escrito *Non dvcor dvco*, vale dizer, não sou conduzido, conduzo, por isso, o estado centralizador de Getúlio Vargas abriu espaço para o descontentamento da elite paulista, pois as forças políticas de São Paulo conseqüentemente tornaram-se reduzidas.

Como sugerido, no contexto, a tradicional Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro, mantinha uma política de exclusão de mulheres negras em razão dessas não se enquadrarem no perfil desejado para a enfermeira padrão. Soma-se ao fato de certa rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo visto que “Na imprensa carioca a sigla MMDC, ironicamente, foi, à época, apresentada com outro significado: Mata mineiro, degola carioca” (VILLA, 2010, p. 30). Seria uma resposta de São Paulo em ditar de modo emancipado a suas próprias diretrizes em relação à enfermagem? Seja como for, mesmo com a representação das mulheres negras como enfermeiras e sua vinculação com a Cruz Vermelha, a apropriação destas insígnias não emitia, no imaginário da época, a relação com a enfermeira padrão. As mulheres negras que atuaram nos batalhões da Legião Negra, significadas pela imprensa paulistana como enfermeiras, estavam legitimadas momentaneamente:

Ontem, às últimas horas do dia, deixou o seu acantonamento da Chácara Carvalho mais um batalhão. Alguns milhares de pessoas, entre palmas e vivas, saudaram os negros que marcharam para a frente, cheios de entusiasmo. À frente deles, em passo militar, conscientes da grandeza da sua missão, seguiam as enfermeiras. Assim tem sido em cada batalhão dos negros. Eles seguem e com eles as mulheres enfermeiras. (A Gazeta, 23 de julho de 1932, p.3)

A participação efetiva dessas mulheres da Legião Negra, denominadas enfermeiras, contribuiu, juntamente com as mulheres de outros batalhões, para o atendimento de aproximadamente 60 mil combatentes constitucionalistas, isso somente no primeiro mês após a deflagração do conflito no posto “Casa do Soldado” (DOMINGUES, 2003, p. 223). Mas, quem eram essas mulheres negras? Como era a vida dessas mulheres antes da Revolução Constituinte? A existência dessas perguntas reitera os enunciados de Petrônio Domingues ao afirmar que “A história da mulher negra no Brasil ainda não foi devidamente contada.” (2007, p. 347). De fato, o motivo dessas lacunas na historiografia em relação às mulheres negras dificulta a compreensão do relevante papel exercido por elas antes e pós-abolição.

Nessa perspectiva, Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), em sua obra clássica, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, discorre sobre a importância comunitária das mulheres negras forras e escravas. A historiadora analisa os traços culturais advindo da costa ocidental da África e pondera que o pequeno comércio era exercido pelas mulheres, sendo esta prática não apenas meramente econômica, mas social e religiosa. Em outras palavras, as mulheres escravas, escravas ao ganho, quitandeiras e outras, do mesmo modo que na África, contribuíram na circulação de artigos religiosos e alimentícios nas comunidades quilombolas. As mulheres escravas exerceram um papel de importância vital nesse processo, simultâneo, de aculturação e de resistência.

Mesmo após a abolição, as mulheres foram cruciais como mantenedoras do lar. Os homens não tiveram as mesmas oportunidades de trabalho e encontrava-se em situações extremamente marginalizadas. As mulheres, por sua vez, transitaram do escravismo ao período republicano com certa estabilidade, pois continuavam com os mesmos trabalhos, porém renumerados como descreve Petrônio Domingues:

Na verdade, as mulheres negras não assumiam ocupações ideais ou compensadoras; elas tinham que se contentar com os empregos de domésticas, principalmente junto às famílias tradicionais. Submetidas a um regime de exploração, as mulheres negras ainda tinham que cuidar dos filhos, manter o cônjuge (ou amásio), comprar os mantimentos, pagar o aluguel, enfim, arcar com as despesas domésticas. (2007, p. 354-355).

Logo, as mulheres negras representavam na prática um imaginário feminino distinto do padrão burguês, qual seja, família nuclear e patriarcal. Compreendendo que o padrão de submissão frente às mulheres brancas até o início do século XX não era do mesmo modo para com as mulheres negras. Estas, por sua vez, apresentam certa autonomia, em razão das condições de trabalhos serem desfavoráveis em relação aos homens (NEPOMUCENO, 2012, p. 383). Observando a representação das mulheres negras na estrutura familiar na Primeira República, percebe-se, em análogo, que para muitas mulheres afro-descendentes no século XIX a separação conjugal era vista como um abalo espiritual:

[...] Na sua visão cosmológica, o casal fazia parte intrínseca da comunidade e das entidades sobrenaturais. Em consequência da separação, a Rainha teria sido perdida no mar por São Benedito, o que provavelmente acarretaria represálias para Teodora e os seus. (DIAS, 2012, p. 370)

Entretanto, paradoxalmente, a separação conjugal era algo muito comum em virtude de uma herança escravocrata que fragmentava as famílias em exceção ao cuidado materno. Este estreitamento com a comunidade também é visto não somente pela dependência conjugal do marido em relação à mulher, mas por razões econômicas e religiosas. Observa-se que no Rio de Janeiro as mulheres negras advindas da Bahia exerciam papéis de “mães” para com as crianças da comunidade, isto é, “Mais importante do que o parentesco biológico, esses laços são fator de redefinição dos valores africanos” (VELLOSO, 1990, p. 214). Esse posicionamento feminino negro, de figura destaque na comunidade, pode ser percebido no conflito armado de 1932 em São Paulo. Muitas mulheres se alistaram como voluntárias para acompanharem seus familiares:

Em grupos, distintos, as mulheres de cor, na ‘Chácara Carvalho’ estão trabalhando ao lado de seus esposos, filhos e irmãos, atendendo, no que

lhes compete, para que nada lhes falte. Aqui um grupo deixava a cozinha carregando os caldeirões cheios de munição na boca. Iam até os pontos sombreados pelas árvores e ali os soldados cobravam o 'pagamento'. Num canto da chácara, em mesas alinhadas, outras mulheres descascavam batatas, cortavam a carne e o charque. Mais adiante, mocinhas escolhiam o arroz e o feijão, todos cantando alegremente canções interessantes. De quando em quando um sargento aparecia, verificando si tudo estava em ordem porque entre eles, tanto ou mais do que nos outros acantonamentos, a disciplina é rigorosa. (A Gazeta, São Paulo, 23.07.1932, p. 3)

Porém, não era somente nos serviços socialmente caracterizados como femininos que as mulheres negras atuavam. Destaca-se também a importância das mulheres na arrecadação de proventos e promoção da Legião Negra como Palmyra Calçada, cuja participação em prol da Revolução de 32 se assemelha com as mulheres negras quitadeiras do século XIX. No caso em específico ao conflito de 1932 este elo é com o batalhão da Legião Negra:

Encontra-se nesta cidade, aonde veio em propaganda civica da Legião Negra, a sra. d. Palmyra Calçada, madrinha da bandeira daquele esquadrão de voluntarios de cor. D. Palmyra, que foi apresentada as nossas autoridades por um officio do capitão Gastão Goulart, hontem já esteve de visita ao posto local de alistamento da Legião Negra, devendo hoje desenvolver varios trabalhos em cumprimento da missão de que foi investida. Além disso tomará o encargo de angariar donativos para as familias dos combatentes, preocupando-se, igualmente, em ajudar a delegação[sic] de Santos a organizar um efficiente servivo[sic] de assistencia as esposas e filhos dos soldados em armas da Legião Negra. Nesse sentido já entrou em perfeito entendimento com aquella delegação, composta dos tenentes Luiz Magalhães, Clemente Alves, Francisco Moura e 1.o sargento Olympio de Jesus. (A Gazeta, São Paulo, 14.08.1932, p. 2)

No Jornal *Folha da Noite* Palmyra Calçada, identificada como madrinha do Batalhão, menciona outras mulheres responsáveis pela aquisição de proventos e da propaganda do Batalhão da Legião Negra:

É a acção de uma maioria em prol de uma causa que se aproxima da victoria. Sendo assim, é justo que a Legião Negra receba donativos, pois o seu trabalho visa apenas o ideal de todos os brasileiros. Nesse sentido, isto é, no mistér de arranjar donativos, a senhora Geny Leme e as Senhoritas Afra de Leme, Talles de Oliveira e Palmyra Calçada, procuram conseguir o máximo. (Folha da Noite, São Paulo, 05.08.1932, p. 2)

Curiosamente, no jornal *A Gazeta* a titulação referente à Palmyra Calçada é de Doutora, levando a crer que sua posição social como ascendente

e sugere ser uma mulher bem sucedida, emancipada socialmente por ser ela a responsável em arrecadar fundos. Percebe-se a veiculação do nome de Palmyra Calçada retratada mais de uma vez nos periódicos e como madrinha da Legião Negra no jornal *A Gazeta*. Todavia, as descrições encontradas não permitem decifrar a condição étnico-racial de Palmyra Calçada, mas sugere que se trata de uma mulher branca, o que permite acentuar a representação de que, perante a sociedade, a verdadeira mulher paulista, era somente as filhas de bandeirantes, pois essa como madrinha das mulheres negras condizia à ação das mesmas, impondo, assim, a hierarquia rigidamente estabelecida, negando a ação autônoma das mulheres negras no processo de organização do próprio grupo de voluntárias. Vale dizer, uma tentativa de minar a capacidade dos negros da condução de seus movimentos.

Por conseguinte, e na contramão dos discursos veiculados pela imprensa, os quais permitem as inferências expostas, as investigações sobre a participação das mulheres negras na Revolução Constituinte de 32, sugere que a solidariedade estava presente na Legião Negra como pilar de resistência comunitária. É importante analisar que de maneira alguma há uma homogeneidade nos modos de resistência dessas mulheres, ao contrário, o que existia era uma complexidade de ações. Como exemplo, evidenciam-se, como sinalizado, casos de mulheres negras que entraram em combate armado, a exemplo da referida Maria Soldado, cujo nome era Maria José Bezerra, famosa por lutar junto às tropas da frente sul:

Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda a sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais cheia de civismo, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo, MARIA DA LEGIÃO NEGRA! Mulher abnegada e nobre da sua raça. (*A Gazeta*. São Paulo, 05.09.1932)

O episódio ocorrido com Maria José Bezerra, cozinheira que trabalhava na casa da família Penteado Mendonça, chamou atenção de diversos jornais da época, consagrando-a como um emblema de patriotismo (DOMINGUES, 2003, p. 223). Antônio Penteado Mendonça, em entrevista ao *Jornal da Tarde*

no dia 13 de dezembro de 1998, relembra o acontecimento envolvendo a Maria Soldado:

[...] a minha cozinheira era a famosa Maria Soldado. Maria Soldado é uma das figuras mais bonitas da Revolução de 32. Era uma negra, que estava cozinhando para minha tia Nicota Pinto Alves. Um dia Maria Soldado desapareceu. Ninguém sabia dela. E eis que ela retorna, vestida de soldado, com uns 20 ou 30 companheiros, índios e negros, e disse: 'Nós vamos ingressar na Legião Negra', e foram todos, inclusive Maria Soldado, lutar com bravura nas trincheiras paulistas. Depois disso, Maria Soldado ficou sendo um símbolo de 32 e está hoje enterrada no Mausoléu da Revolução. (MENDONÇA apud DOMINGUES, 2003 p. 225)

Observa-se que além do caso da Maria Soldado, foi possível identificar a presença de outras mulheres no *front* como a Maria Esguassabia e Chica Messias, e também 23 mulheres localizadas em imagens publicadas na imprensa:

Imagem 3.

Mulheres da Legião Negra
Women of the Black Legion



Fonte: VILLA. 2007, p. 56.

Em todo caso, os batalhões étnicos, compostos por negras e índias, o uniforme remete ao treinamento oferecido pela Cruz Vermelha Brasileira, vide o uso do véu. As enfermeiras da Legião Negra, por outro lado, como evidenciado (imagem 3) utilizavam em seus vestuários insígnias universais adotadas pela representação de cuidado do profissional na enfermagem, como o braçal de cor branca com uma cruz figurada no centro aludindo a Cruz Vermelha Brasileira. Nota-se também que os chapéus de abas largas das enfermeiras consagram uma padronização do Batalhão, pois o chapéu de abas largas era parte do uniforme oficial dos soldados e enfermeiras da Legião Negra.

Configura-se desse modo à ampliação do debate historiográfico sobre a organização das mulheres negras da Legião Negra tanto em relação a Cruz Vermelha Brasileira, quanto a Liga das Senhoras Católicas, principalmente quando pensado a organização e o dinamismo de luta dessas mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 32. Contudo, após o conflito, a memória dessa participação quase se esvai, deixando fragmentos de um Batalhão exótico e apenas penúrias informativas de mulheres negras que lutaram na maior guerra civil do Brasil como enfermeiras. Esse esquecimento nos faz lembrar os acontecimentos da Revolução Francesa, no qual as mulheres conhecidas como *bota fogo* se envolveram radicalmente, assustando tanto os favoráveis a Revolução como os contrários, levando posteriormente no abafamento da participação feminina. Élisabeth G. Sledziewski (1991) esclarece o espanto:

A condição das mulheres não mudou apenas porque tudo mudava então e porque a tempestade revolucionária nada deixaria intacto. Mais profundamente, a condição das mulheres mudou porque a Revolução levantou a questão das mulheres e inscreveu-a no próprio coração da sua questionação política da sociedade. (1991, p. 41)

É crível considerar que nas transformações históricas o masculino idealizado e universal fora sempre retratado como o agente fundamental na historiografia. Em concordância, a Revolução Francesa atesta essa sentença, o desconforto dos nascidos privilegiados com a atuação a pouco impensável das mulheres na Revolução, mas deferida por elas como agentes que tomaram consciência da possível negação de sua invisibilidade. Do mesmo modo, as mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932, apresentam essa

consciência, da possibilidade de apropriação do espaço público relegado historicamente ao homem, mas que ao tomar essa consciência ferem o discurso hegemônico e deliberadamente são levadas ao ostracismo. Portanto, evidencia-se um duplo esquecimento que não deve ser ignorado como um mero acaso, a participação de agentes femininas e negras nos acontecimentos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres, sobretudo das mulheres negras, possibilita ampliar os olhares em relação aos símbolos e subjetividades presentes no cotidiano. Nessa perspectiva, de investigar as entrelinhas dos discursos e as ações de mulheres que lutaram na Revolução Constitucionalista de 1932, é cabível compreender a força representativa das mulheres negras no início do século XX. Desse modo, é possível identificar a atuação emancipada das mulheres negras no conflito armado, tendo como reflexo a apropriação do espaço público representada na luta política pela democratização no ano de 1932. Em analogia com as mulheres negras quitandeiras no século XIX mostrou-se plausível traçar esta representação política, considerando o seu papel fundamental em prol da resistência dos negros fugidos e manutenção das tradições negras. Portanto, assim como no período escravocrata as mulheres negras da Revolução Constitucionalista de 1932 mostraram-se atuantes, conquistando o âmbito público como lugar de luta política.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Raid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. Quando tudo era possível. São Paulo: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, São Paulo, n. 82, pp. 42-47. 2012. Entrevista concedida a Vavy Pacheco Borges.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Los Negros y los Cuidados en las Familias de Brasil: una visión histórica e iconográfica, *Cultura de los Cuidados - Revista de Enfermería y Humanidades*, n. 24, 2008, pp. 26-34.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 217-235.

DIAS, Maria Odila. Escravas: Resistir e sobreviver. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 360-379.

_____. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: EDITORA BRASILIENSE, 1995.

DOMINGUES, Petrônio José. 'Os 'Pérolas Negras': a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932, *Afroasia*, v. 29, n.30, 2003, pp. 199-245.

_____. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cad. Pagu*. 2007, n.28, pp. 345-374.

_____. "*Paladinos da liberdade*": A experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). *Revista de História*, n. 150, julho, 2004, pp. 57-79.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma História da mulher*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2000.

MOTA, André; SANTOS, Marco Cabral dos. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Movimento Social Afro-Brasileiro no Século XX: Um Esboço Sucinto. In: Nascimento, Elisa Larkin (Org.). *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo ignorado. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382-406.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.) *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política*. A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: EDUNESP, 2008.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. Revolução Francesa. A viragem. IN: DUBY, George; PERROT, Michele (Org). *História das Mulheres no Ocidente*, Vol. 4. Porto. Edições Afrontamento, 1991.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 207-228.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: constituição e cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010

_____. *1932. Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.